

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS QUESTÕES DA INFORMAÇÃO

Maria Nelida González de Gómez
Pesquisadora titular
IBICT: MCT

RESUMO

Como programa de pesquisa, propõe-se uma abordagem da Ciência da Informação como Ciência Social, enquanto indagação sobre o presente, buscando entender qual seria a ancoragem das ações de informação no contexto das relações e ações sociais, num complexo cenário a ser explorado sobre os duplos conceitos de regimes e políticas de informação. Ao mesmo tempo, ao caracterizar os domínios contemporâneos em que a informação se constitui como tema, como sintoma e como questão, espera-se desenhar a posição e a distribuição epistemológica dos conhecimentos que a interpelam e reconstróem, em algum ponto de vista e dimensão.

Palavra-chave: Ação de informação; regime de informação; política de informação

1 O HORIZONTE DA INDAGAÇÃO: A INFORMAÇÃO À LUZ DOS USOS SOCIAIS DA LINGUAGEM

Abordar as Ciências da Informação do ponto de vista das Ciências Sociais é uma escolha epistemológica, mas resultante do reconhecimento de condicionantes históricos e contextuais, que nos tem levado a pensar acerca da informação a partir dos usos sociais da linguagem. Nessa abordagem, considera-se a informação, assim como a literatura e o documento, como formas particulares e históricas dos usos sociais da linguagem (WILLIAMS,1979), das quais são ao mesmo tempo sintoma e evidência.

O horizonte de indagação, não se estabelece assim em torno de figuras fixas de meios e produtos, senão que explora as dinâmicas e transformações que constantemente as reformulam e geram novos dispositivos e artefatos, visando a reconhecer e entender as modificações das condições e meios de sua produção.

Neste trabalho, apresentamos nossos caminhos de pesquisa em três momentos: o ponto de vista; o domínio de construção dos conhecimentos; o quadro analítico.

2 O PONTO DE VISTA: ESTUDO SÓCIO-EPISTEMOLÓGICO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS CONHECIMENTOS

A epistemologia é um dos caminhos reflexivos em que o conhecer se debruça sobre o próprio conhecimento, suas condições, suas possibilidades e sobre as modalidades e procedimentos de sua construção e validação.

A opção pela abordagem sócio-epistemológica vem de algumas expectativas acerca de seus aportes, em qualquer domínio do conhecimento¹.

A reflexão epistemológica oferece uma oportunidade de **autoconhecimento** obtida por um exercício de pensamento que, quando se exterioriza em discursos e processos argumentativos, permite a crítica e o enriquecimento dialógico entre visões alternativas; contribui para o alargamento das matrizes gnosiológicas das comunidades de reflexão, ao dar visibilidade a zonas ainda opacas de indagação, favorecendo assim a construção de **novos conhecimentos**. Ao mesmo tempo, ao destacar seus núcleos de relevância e pertinência, seus desafios e incertezas, tanto contribui na construção da autonomia de um campo do conhecimento, como permite enriquecer as **relações inter e pós disciplinares** com outras áreas e modos de conhecimento, contribuindo no reconhecimento das zonas de vizinhança, de conflito, de justaposição, de exclusão ou de compartilhamento.

O principal critério na escolha da abordagem, porém, é nossa convicção de que as questões de cunho filosófico e epistemológico são hoje interessantes e importantes, porque lidam com preocupações do tempo presente, comuns a todas as pessoas e pertinentes a todas as áreas do conhecimento:

Estamos em um momento em que discussões declaradamente teóricas e epistemológicas têm um grande apelo prático e certo imediatismo, pelo modo como repercutem nas tomadas de posição políticas, ecológicas, éticas. Algumas dessas discussões inserem-se em grandes domínios de produção de conhecimentos, tais como as que se referem à natureza ou à cultura, à identidade e à linguagem. Muitas das abordagens desses debates contemporâneos... constituem grandes narrativas epistemológicas, na qualidade de reflexões acerca das condições de possibilidade e realização dos conhecimentos na transgressão de fronteiras – ora das margens identitárias das disciplinas canônicas, ora das grades distributivas de ontologias regionais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N.; ORRICO, E., 2005, p.9)

Como programa de pesquisa, através de diferentes percursos históricos, mapeamentos descritivos e exploração reflexiva de redes argumentativas, nosso esforço de indagação visa à reconstrução crítica daqueles conhecimentos que se debruçam sobre a informação, no escopo e abrangência das **Ciências Sociais**.

De fato, compartilhamos a afirmação de que toda Epistemologia é social, porque o conhecimento, enquanto demanda cientificidade e reconhecimento, só acontece no plexo de relações intersubjetivas e em processos argumentativos de validação. Ben David (1975)² estabelece um princípio que pode ser aplicado tanto a Epistemologia Social como aos Estudos Sociais da Ciência, enfatizando que a pesquisa não somente é ela mesma uma *prática social*, como precisa ser *projetada sobre a sociedade como um todo* para seu correto entendimento.

O conceito de epistemologia social é introduzido por Shera e Megan, como uma espécie de propedêutica da Biblioteconomia e da Documentação. Para Shera (1972), citando Zandonade (2004), se ocuparia dos seguintes problemas: a) da cognição: como o homem conhece; b) do conhecimento social: os modos como a sociedade conhece e a natureza do sistema psicológico-social, os quais convertem conhecimento pessoal em conhecimento social; c) da história e da filosofia do conhecimento e de sua evolução através do tempo e de várias culturas; d) "...dos mecanismos bibliográficos e sistemas existentes e em que medida eles estão adequados as realidades do processo de comunicação e com os achados da pesquisa epistemológica" (SHERA,1972A,p.114, apud ZANDONADE,2004,p.9). Sendo o estudo do "complexo problema da natureza do processo intelectual de uma sociedade", é também uma das instâncias onde uma sociedade se conhece enquanto conhecedora. Com desdobramentos práticos, teria entre suas áreas de aplicação a própria Biblioteconomia.

Numa abordagem contemporânea, Julie Thompson Klein relaciona este modo de olhar epistemológico às práticas de conhecimento e sua reconstrução empírica:

Estudamos a epistemologia social das práticas de conhecimento. Uma Epistemologia Social procura reconciliar uma filosofia normativa com uma sociologia empírica do conhecimento. (...) A mesma proporcionaria uma metodologia para examinar as interfaces entre fatores cognitivos e sociais, as formas que as idéias adquirem nas instituições, e as asserções competitivas acerca do conhecimento. (KLEIN,1994,p. 2).

Para Latour (2004), **Epistemologia política**³ seria a o estudo da distribuição explícita de poder entre a ciência e a política, no quadro de uma regra geral ou regra da configuração ontológica do poder, que é onde se explicita "quem pode falar acerca do que".

O ponto de vista de nossas pesquisas vincula-se às abordagens históricas, sociais e políticas do conhecimento e da informação. Propomos uma reflexão teórico-crítica sobre aquilo que na sociedade moderna e contemporânea se denomina "informação", para melhor entender quais são as demandas de conhecimento que, nas ciências humanas e sociais, são referenciados às instâncias de informação, quais os programas de ação em que podem desdobrar-se tais demandas, quais os atores que elas implicam e com que expectativas de fins e efeitos são atendidas.

3 O DOMÍNIO DE INDAGAÇÃO: AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nossos trabalhos acompanham as orientações de uma linha de pesquisa que podemos denominar **Estudos históricos e epistemológicos da informação**, onde adotamos uma abordagem não normativa da Epistemologia, acompanhando com maior ou menor ênfase o debate entre as epistemologias científicas (PIAGET, 1979), históricas (BACHELARD,

JAPIASSU,1975), sociais (KLEIN,1996; SHERA,1972) e políticas (LATOURE, 2004). Nessa construção, dialogamos com os estudos sócio-antropológicos das ciências (CALLON, LATOURE, COLLINS), mas também com outras orientações da Ciência da Informação, mais freqüentemente com a Comunicação Científica e a Organização do Conhecimento. Outras relações de proximidade são estabelecidas com as teorias críticas da informação (DAY, 2001^a; FROHMANN, 1990), enquanto reconstruções – históricas sociais e discursivas-, do que na sociedade moderna e contemporânea se denomina “informação”, no horizonte global e nos contextos locais de sua vigência e definição.

Shera (1972) tinha a percepção das relações entre problemas sócio-cognitivos e a história e função dos meios e procedimentos bibliográficos e documentários. As dinâmicas sociais de gerar, transmitir, aplicar conhecimentos são assim o horizonte de compreensão do “labor” documentalista, que se especializa em representar, articular, preservar e fazer acessíveis as memórias exteriorizadas das ciências e de outros saberes culturais (ZANDONADE, 2004).

As novas orientações da epistemologia resultariam, para alguns autores, da necessidade de reformular suas questões no cenário contemporâneo, onde o conhecimento sobre a ciência é objeto de diversas disciplinas e abordagens. Nesses estudos, que recorrem tanto a reconstrução empírica como a reflexão crítica, algumas temáticas são recorrentes, como o crescente cruzamento das fronteiras disciplinares e as demandas de maior interação entre os conhecimentos científicos e outras formas do saber, no tratamento de problemas complexos e multi-facetados (KNORR CETTINA, 1999; KLEIN, 1996; FULLER, 1988, entre outros).

Nossa abordagem das questões epistemológicas ficará atenta, ao mesmo tempo, às afirmações de Bourdieu (1992) acerca da vigência contemporânea do papel das ciências como mecanismos de verificação aceitos por diferentes atores sociais, e cujos contextos normativos atuam como condições “sócio-transcendentais” do conhecimento. As novas tecnologias, ao possibilitar novos modos de comunicar e informar (como as wikipedias ou o Earth Google) traz à tona a relação entre informação, conhecimento e modos de validação (FALLIS, 2004; RIEH, 2007).

Nossa pesquisa atual nos levaria a lidar, assim, com algumas das escolhas paradigmáticas de outras disciplinas e interdisciplinas, em diferentes momentos e com uma intensidade a ser justificada e ponderada em cada abordagem e ocasião. Neste caso, propomos ampliar a indagação, além da Ciência da Informação, pela projeção dos conhecimentos que lidam com a informação sobre os mapas epistemológicos e institucionais das Ciências Humanas e Sociais e, mais explicitamente, no Brasil, das denominadas Ciências Sociais Aplicadas.

A amplidão temática inicial é requerida por nossa hipótese de trabalho:

A reunião de disciplinas e áreas do conhecimento que lidam com a informação, no escopo e abrangência das Ciências Sociais, nas últimas décadas, não resultaria inicialmente de uma

convergência conceitual ou epistemológica em torno de seus objetos, pontos de partida, procedimentos, nem do consenso cognitivo de suas comunidades produtoras. A centralidade e dispersão das questões de informação, gerando uma espécie de inter-campo nas atuais zonas de construção das ciências humanas e sociais, resultariam das mútuas e cruzadas referências aos regimes dominantes de informação, cujas questões e demandas de conhecimentos, competências e legitimação visariam a satisfazer, de modo diferencial.

Nessa direção, poderíamos afirmar, ainda de maneira sumamente simplificadora, que um dos principais deslocamentos do espaço de construção do objeto de estudo da Ciência da Informação, nestes quase 50 anos de sua formalização (no ensino, na pesquisa, na gestão de ciência e tecnologia), seria resultante da passagem de um regime estatal de informação, como principal promotor de questões e demandas, a uma nova configuração de regimes de informação, caracterizados pelo alcance e extensão com que são afetados por estratégias econômicas, pela centralidade da organização como matriz social de processos informacionais, e pela diversificação das demandas de pesquisa em ciência e tecnologia da informação, assim como de recursos humanos, agora distribuída tanto entre atores públicos como privados, ainda que de modo diferencial.

4 O QUADRO ANALÍTICO: HEURÍSTICAS CONCEITUAIS

Os estudos da informação parecem encontrar-se numa encruzilhada, que teria em seus extremos uma concepção positivista, fregeano-poppereana da informação, e uma concepção hermenêutica, que enfatiza a interpretação. A primeira, com referências na filosofia analítica e sua extensão platônica, a denominaremos a concepção fregeano-poppereana da informação. A outra, de orientação hermenêutica, introduz a abordagem interpretativa, ao mesmo tempo em que abre espaço à crítica Heideggereana, que vê a informação como enquadramento do significado ou como sua formatação.

Rendon Rojas, em alguns textos, aproxima a informação com aquilo que Frege denomina “sentido”:

A informação é algo que está mas allá de los datos, de los símbolos, los cuales la acompañam como envoltura do real. Esta posición nos recuerda las ideas de Frege (su división de lo objetivo, lo subjetivo y lo objetivo-no real); de Popper com su teoría del tercer mundo y de Husserl que nos habla del mundo de los *eidós* (RENDON ROJAS, 1998, p.60)⁴

Outras equivalências têm sido estabelecidas, por diversos autores, entre o domínio da informação e o “Mundo três” do Popper. Sustenta-se, por analogia, que a construção do objeto de estudo da Ciência da Informação teria como domínio principal aquela esfera autônoma do

“conhecimento objetivo”.

O Mundo três ou mundo objetivo, para Habermas, seria um “gedanken” generalizado⁵, o que nos permitiria falar de um “paradigma” fregeano-poppereano da informação. A descrição poppereana, porém, favorece o uso analógico ou metafórico, já que apresenta uma reunião quase indiscernível de, por um lado, teorias, idéias, informações, e por outro, artefatos da cultura material (documentos, inscrições).

[...] o relevante para a epistemologia é o estudo de problemas científicos e situações científicas (que tomo como simplesmente outra expressão para hipóteses ou teorias científicas), de discussões científicas, de argumentos críticos e do papel desempenhado pela evidência em argumentos; e, portanto, de revistas e livros científicos, e de experiências e sua avaliação em argumentos científicos; ou, em suma, que o estudo de um terceiro mundo de conhecimento objetivo amplamente autônomo é de importância decisiva para a epistemologia. (POPPER, 1975, p.113)

Por outro lado, a concepção dessa espécie de “magma” informacional, dissociável de seus produtores e de seu contexto de produção, pode estender-se analogicamente para incluir o que se objetiva e circula nos repositórios digitais e bases de dados. Outro autor, Xavier Polanco, relaciona assim o objeto de análise das “metrias” informacionais com o Mundo 3 de Popper, agora equivalente ao **e-conhecimento**:

Llamaremos a este conocimiento, entonces, e-conocimiento, dado que se encuentra en los documentos electrónicos, disponibles en la web o accesibles por medio de esta red tecnológica. Cuando me refiero al conocimiento no me estoy refiriendo al conocimiento como fenómeno psicológico o mental, sino al conocimiento como entidad objetiva que existe en los documentos (papel o electrónico, digital), es decir, que se encuentra en el lenguaje escrito de las publicaciones. **En otras palabras, hablo de lo que Popper (1979) llama “conocimiento objetivo” desde el punto de vista de una “epistemología sin sujeto” (“epistemology without knowing subject”).** (POLANCO, 2006).(sublinhado nosso)

Nestas perspectivas, que denominamos fregeano-poppereanas, a informação pode apresentar-se com diversos atributos, mas que resultam de uma dissociação da semântica dos contextos pragmáticos de produção de sentido. Esse apriorismo semântico transferido à informação lhe confere independência do contexto e dos sujeitos de sua geração. Como conteúdo semântico relativamente autônomo (que pode ter expressão na mente, como “palavra interna” e exteriorizar-se nos registros) justifica e promove o desenvolvimento de um plano secundário onde, utilizando os meios e recursos que se transformam à par das indústrias e tecnologias de informação, permitem sua reutilização e re-contextualização, em plurais processos de agregação de valor⁶.

Outra matriz gnosiológica da informação seria tributária da herança hermenêutica, seja associando a informação à **interpretação**, seja assimilando a informação com aquilo enquadra, padroniza e fixa a produção de sentido. Constrói-se aqui um conceito qualitativo da informação, indissociável da significação -próximo nessa direção ao conceito que fora construído pela segunda cibernética ou aquele que aparece nos usos comuns da linguagem (POSTER,2001,p.8). Na segunda versão da tradição hermenêutica, a informação é entendida como enquadramento e estruturação dos significados, tal como ilustrado pela citação de Heidegger, *“Pelo enquadramento a linguagem vira informação. [...] A teoria da informação concebe as características da linguagem natural como falta de formalização”*. (apud DAY, 2001,p.99). Essa concepção também entende a informação a partir de efeitos de significação, mas como o desvio da fala e esvaziamento da narração - ou seja, redutora da produção de sentido, alienação da dimensão pública ou referencial dos usos da linguagem. Consideramos, assim, que os aportes da abordagem hermenêutica nos trazem uma proposta ampla demais ou estreita demais, para entender o que seja informação.

Uma parte significativa do pensamento contemporâneo acerca da informação, pareceria assim seguir rumos opostos. Por um lado, os formalismos analíticos, o cognitivismo mentalista ou sua exacerbação, próximos de um platonismo dos conteúdos, reforçam a relação da informação com a semântica, mas a isolam dos contextos da comunicação e da ação. De outro lado, as abordagens hermenêuticas reconhecem os contextos de interpretação, mas tendem a desativar a relação da informação com os processos gnosiológicos e seus correlatos semântico-referenciais, seja nas práticas cotidianas ou especializadas.

Procuramos, então, na Teoria da Ação Comunicativa, indícios que nos permitam superar, também em relação à informação, as proposições por vezes opostas e redutoras do paradigma analítico- popperiano e da compreensão hermenêutica. Encontramos, em fim, que a pragmática formal de Habermas nos permite repensar as condições de realização daquilo que denominamos ação de informação.

Em outros trabalhos, partimos de afirmar a **indecidibilidade a priori** dos fenômenos e processos de informação⁷. Isto implica admitir que condições históricas, culturais, inclusive biográficas, reformulam as formas humanas de relacionar-se com os outros e com seu meio, e de lidar com a diferença e a alteridade, ainda que pressuposto “o mínimo corporal e cerebral” do que fala Harry Collins (2007).

O conceito de “indecidibilidade estrutural da informação” ficaria ancorado em duas dimensões: a) a remissiva à **alteridade** daquilo que se apresenta como indecível e que escapa ao cálculo e a regra; o que não pode ser esgotado por nenhuma previsão; o que se apresenta a nossa contingência ora como resistência, ora como excesso e diferença; b) o **outorgamento de forma e expressão** ao que seria a priori indecível, quando novas zonas da linguagem

alargam a disponibilidade de significações dos atores culturais, e quando acontece a estabilização seletiva de significados estruturados, seja no contexto das gramáticas sociais ou no contexto do exercício de poderes seletivos cuja intervenção exteriorizada é realizada através dos meios de comunicação e informação. Os diferenciais pragmáticos da informação, resultante das plurais gramáticas socioculturais, desdobram-se assim numa diversidade de mediações e linguagens, ainda que cada vez mais sujeitos a “janelas” tecnológicas que sobrecodificam suas possibilidades e limites de geração e transmissão.

Temos ensaiado dois caminhos para a descrição das ações de informação: a) considerando-as como analisáveis em estratos; b) associando-as a níveis e modos de integração social.

As ações de informação passariam no mundo contemporâneo por processos acelerados de diferenciação, de modo que pareceria adequado analisá-las na figura de estratos⁸, cada um dos quais implica parâmetros de desempenho relativamente autônomo, mas ao mesmo tempo convergentes na instância de atualização de uma ação de informação: narrações e textos, usos sociais e regras organizacionais, meios, tecnologias. Numa primeira análise, uma ação de informação, ou uma “cascada de interações informacionais” (BATES,1995), no mundo contemporâneo, resultariam da articulação de ao menos três estratos principais:

Um **estrato semântico- pragmático** seria aquele onde se manifestam os diferenciais pragmáticos da informação, conforme a diversidade de atores, arranjos comunicacionais e focos temáticos. Próprio deste estrato é ser polinômico (implica regras e quadros normativos não necessariamente unificados ou harmonizáveis), heterológico (pode agregar plurais formas e usos da linguagem: verbais, icônicas, musicais; manifestações expressivas de múltiplas comunidades de interlocução) ; e polimórfico (estariam sempre sujeito a variações e mudanças, seguiria dinâmicas socioculturais plurais e por vezes imprevisíveis).

O **estrato ou dispositivo operacional e tecnológico** seria preferencialmente definido pelas ofertas tecnológicas. A tendência ao desenvolvimento de tecnologias genéricas, sujeito muitas vezes a jogos monopólicos ou oligopólicos da economia da informação, produz neste estrato “universalizações de fato”, definindo padrões e outros critérios de formatação unificados, conforme os nichos tecnológicos de mercados mundializados.

O **estrato regulatório** remeteria às regras dos jogos sociais da informação; é o estrato mais especificamente institucional ou organizacional; poderia ser considerado também um estrato de intermediação entre a proliferação de conteúdos semânticos e as restrições operacionais e econômicas dos dispositivos.

A teoria da ação comunicativa, de Habermas (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2008), tem permitido alinhar com mais clareza nossas categorias analíticas, estabelecendo possíveis nexos entre o entendimento qualitativo da informação e a teoria social. Recorrendo a essa moldura teórica, caracterizaremos as ações de informação por sua relação com **níveis e formas de integração**

social, conforme imersas nas práticas e experiências das formas de vida ou formalizadas e estruturadas por alguma definição sistêmica – nos contextos formalizados das atividades administrativas e econômicas.

Entenderemos uma **forma de vida**⁹, como rede de interações e práticas cotidianas que circunscrevem uma intersubjetividade regulada pelos usos da linguagem; em configurações complexas de exercício articulado da racionalidade, o afeto e o compromisso. Nesses “contextos de significado culturalmente determinados e diferencialmente construídos” aconteceria propriamente a ação social (Oliveira, 1999). A esses contextos atribuímos a potência do imaginário coletivo e das heurísticas culturais, que criam e recriam formas de vida, de produção e reprodução cultural, no horizonte de um mundo de vida que é moradia e exílio, recurso e desafio.

Seguindo de algum modo a Habermas, poderíamos desdobrar os planos de potência que, sendo próprias de uma forma de vida, seriam condições de possibilidade de uma ação de informação, como modo e dimensão de uma ação social.

- **A potência narrativa**, que é tanto a inscrição da vida na linguagem quanto o uso abduutivo da linguagem, a abertura de perspectivas imprevisíveis de mundo e de experiência onde se instauram novas províncias de sentido (na música popular, nas danças originais, nos sabores da culinária tradicional, na arte cibernética, na pesquisa científica);

- **A potência da sociabilidade**, de gerar e transformar formas sociais, de configurar novos modos coletivos de ação, de juntar e separar forças e coisas, de montar múltiplos jogos de regras, de quebrar as regras e formular outras regras; de buscar até a exaustão figuras de solidariedade e compromisso - mesmo nas bordas da luta e do conflito-;

- **A potência estético-expressiva**, de transformar a dramaturgia singularizada das biografias locais em matrizes produtivas de identidades coletivas, *ergon* e *dynamis*.

Na realização da potência ontológica das culturas intervirão os **poderes formativos e seletivos** dos plurais atores envolvidos em suas práticas habituais ou especializadas. O Estado, as agências de gestão e os macro-atores econômicos de amplo radio de ação podem gerar ou interditar modos de objetivação, agindo assim como controles exteriorizados dos usos sociais da linguagem.

Contando com o sustento argumentativo da Teoria da ação comunicativa, de Habermas, passaríamos a diferenciar assim a) ações de informação, consideradas do ponto de vista dos participantes de uma forma de vida; b) os serviços, sistemas e redes de informação¹⁰, considerados do ponto de vista de um empreendedor ou de um gestor que agirão como atores externos em relação aos contextos formativos e reprodutivos de uma forma de vida (quadro 1).

Entendemos, por extensão, que as práticas regulares e reiteradas das comunidades

epistêmicas ou científicas, como sub-culturas, conforme Geertz-, são equivalentes a uma forma de vida.

QUADRO 1

Ações de informação

AÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	ZONAS DE INTERSEÇÃO COM AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	DEFINIÇÃO DOS MODOS DE INTERSEÇÃO
Ações de informação	TRANSMISSÃO CULTURAL (Narrações)	Compromisso e demandas de validade
	INTEGRAÇÃO SOCIAL (configuração de coletivos; acordos e solidariedade)	
	SOCIALIZAÇÃO (identificações)	
Serviços, sistemas e redes formais de informação.	ESTADO	Estratégias e negociações Eficácia/Custo
	ORGANIZAÇÕES	

A **ação de informação** seria assim aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas. No contexto sócio-cultural, uma ação de informação poderá orientar-se preferencialmente em direção a processos de objetivação (uso representativo da linguagem) ou oferecer garantias performáticas à busca de entendimento mútuo (uso comunicativo da linguagem).

Poderes seletivos exteriorizados, como das agências do Estado ou os agentes oligopólicos dos mercados - assim como o “labor” informacional, ficariam vinculados às **ações de informação de segundo grau –ou plano meta-informacional** tendo em comum tratar-se da intervenção de uma agência determinada sobre as ações e recursos informacionais de terceiros -conforme uma finalidade por vezes definida sem a participação daqueles que serão afetados por essa intervenção¹¹. Estas ações de informação de segundo grau seriam formalizadas em **serviços, sistemas e redes de informação**, os quais, em princípio, orientar-se-iam à busca de eficácia e de sucesso, no contexto do poder, as administrações ou de empreendimentos econômicos que as avaliam em dinheiro.

O labor informacional, porém, ocupa um espaço “entre-meio” dos sistemas e das formas de

vida, em que pode acontecer a transformação da intermediação¹² em mediação, na medida em que o trabalho profissional de informação fique associado aos participantes imediatos dos processos informacionais (autores/leitores ou produtores/usuários), como *intercessores* ou enquanto portadores de “competências interacionais” (COLLINS, 2004).

Nas sociedades contemporâneas, que Habermas chama de “pós-convencionais”, toda ação de informação requer alguma forma de meta-informação e, freqüentemente, depende de artefatos e infra-estruturas de armazenagem, busca e comunicação, sujeita aos controles exteriorizados das corporações econômicas e das administrações dos estados.

Nesse quadro de referência, formulamos a seguinte premissa: A informação tem sido considerada, com maior freqüência, associada à transmissão cultural e aos processos de socialização e formação de identidades. Hoje, porém, a informação remete aos modos e problemas da integração social, na medida em que aumenta a dependência e interdependência entre diferentes atores e contextos sociais, entre diferentes saberes, setores de atividade e funções de produção e de gestão.

Qualquer ação de informação, enquanto imersa em processos de crescente diferenciação e com extensa e intensiva interseção das tecnologias digitais, hoje - além de afetar e ser afetadas pelos modos de transmissão cultural, de socialização e formação de identidades, tem como plano preferencial de constituição aquele em que se definem os modos de integração social: onde são tecidas ou esgarçadas as relações dos participantes de uma forma de vida ou entre as formas de vida e os sistemas administrativos e tecnológicos, relações permanentemente reformuladas pelas dinâmicas das formas de vida e as estratégias seletivas do poder.

Nesse quadro, sentíamos a necessidade de novos recursos conceituais para entender as ações de informação a luz dessas complexidades, papel que outorgamos ao conceito de regime de informação.

O **regime de informação** remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação. Aponta, por outro lado, a mudança de escala dos processos e questões de informação.

Buscando maior consistência na construção do conceito de “regime de informação”, o reformulamos no cruzamento crítico de três abordagens: O “modo de informação” de Poster (1991); o “regime global de informação” de Sandra Braman (2004) e o “regime de informação”,

de Bernd Frohmann (1995)¹³.

Um dos pontos de partida dessa revisão teórica, é o conceito de “**modo de informação**”, designando, para Poster, “as novas experiências da linguagem do século XX, originadas em sua maior parte pelos avanços na eletrônica e as tecnologias que lhe são relacionadas” (POSTER, 1991, p.10). Trata-se de mudanças nas manifestações da linguagem no espaço social. Poster focalizava assim as mudanças nos cenários contemporâneos como tendo um caráter eminentemente cultural, afetando principalmente a constituição da subjetividade e os modos de formação de identidades. As bases de dados seriam um dos lócus onde esses efeitos e potências ficariam em evidência, enquanto geram mecanismos de construção de sujeitos. “*Como forma da linguagem, as Bases de Dados têm efeitos sociais apropriados à linguagem, ainda que também tenham, certamente, relações diversas como formas de ação*” (POSTER, 1995, p. 94; apud FIDALGO, 2001, p.7). As condições de produção são assim tão importantes como o acesso igualitário na definição de processos emancipatórios dos intersujeitos do modo de informação.

A partir dessa advertência, Poster vai sugerir algumas das principais áreas que seriam concernentes à descrição e análise do modo de informação.

Cita em primeiro lugar as **formas de armazenagem e recuperação de informação**¹⁴. As memórias exteriorizadas são histórica e culturalmente dependentes e determinantes do modo de informação dominante. O modo de informação estabeleceria historicamente os limites sociais da memória (o poder seletivo do lembrar e do esquecer manifesto em monumentos, coleções, acervos, fundos documentários; hábitos e padrões) e as formas reguladas e distribuídas de preservação e acesso. Como exemplo, a impossibilidade de manter-se interações comunicativas simultâneas nos grandes territórios, modernamente unificados pelos Estados nacionais (tempo e espaço, no discurso de Innis), daria lugar a formas específicas de coleta, armazenagem, tratamento e disponibilização de informações.

Em segundo lugar, **os arranjos comunicacionais**, ao intervir no estabelecimento, promoção ou interrupção de redes de relações intersubjetivas, são constitutivos da sociabilidade e dos planos e formas da ação coletiva.

Em conseqüência, outro parâmetro para o reconhecimento de um modo de informação será o **papel de coordenação exercido pelos meios de comunicação** -numa sociedade caracterizada pelo modo de informação¹⁵.

A questão principal, nesta análise, não seria logo a medida da eficiência (redução de tempo e custo, na obtenção de metas), mas a reconstrução da **configuração comunicativa das trocas de informação**: a orientação e sentido de uma ordem sociocultural de algum modo são constituídas e colocadas em evidência nos arranjos da comunicação que a fazem possível e que ela possibilita¹⁶. Como exemplo, Poster analisa como a mediação eletrônica muda a

situação de linguagem, remete às mudanças nos modos de reprodução da música, enfatizando como a mediação digital muda toda a situação de emissão e recepção da linguagem musical (POSTER, p.9).

Se o território explorado por Poster privilegia os efeitos da intervenção tecnológica sobre a memória e os arranjos comunicacionais, para Sandra Braman, a junção semântica entre “regime” e “informação” é da ordem da **política internacional**: na medida em que a questão da informação teria que ser olhada numa nova escala, além do nível local – no sentido do próximo e do territorial- , questões redimensionadas numa maior abrangência e extensão (BRAMAN,2004,p.12). Braman sustenta que um único regime de informação, global (por envolver atores estatais e não estatais) e emergente (por estar em formação)¹⁷, passaria a entrelaçar as políticas de informação, da cultura e da comunicação.

Para Braman, seria necessário falar agora de infopolítica, em lugar de geopolítica. No macro-cenário das políticas internacionais, o regime de informação abrange um domínio de responsabilidade que reúne o **governo** (as instituições formais, as regras e práticas de entidades geopolíticas historicamente constituídas), a rede ampliada de organizações e atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito sobre a sociedade e requer a formulação de programas de **governança**, e o contexto cultural e social a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança, garantindo a possibilidade de **governabilidade**: (BRAMAN, 2004, p.13).

O conceito de “regime de informação”, para Braman, operacionaliza uma zona de visibilidade sobre a passagem contínua das dinâmicas sócio-culturais às formas regulamentadas ou ainda juridicamente definidas da ordem política (leis, programas).

Nessa direção, a teoria do regime não substitui, mas realimenta os estudos da política de informação:

- a) Dispõe de heurísticas que ajudam a identificar tendências comuns em fenômenos e processos dispersos através de arenas historicamente tratadas como analiticamente diferentes.
- b) Oferece pontos de partida para uma análise construtiva de novas instituições, instrumentos políticos, comportamentos e relações, em oposição à visão das transformações vistas como deterioração dos “sistemas” - com existência de longa data.
- c) Coloca num universo comum a tomada de decisão que ficaria dispersa entre múltiplos atores e canais.
- d) Permite colocar em outro contexto a análise do impacto das tecnologias de informação sobre as relações internacionais.

Pensando desta maneira, o conceito de regime de informação oferece uma nova moldura

teórica que, ao dar maior amplitude às questões relevantes e pertinentes aos domínios do informacional, permite indagar –nesse domínio- a construção de novas subjetividades, os processos formais e informais de enunciação de demandas e de elaboração de políticas, dando visibilidade a novos parâmetros de análise (BRAMAN,2004,p.13; GONZALEZ DE GÓMEZ, 2006).

Bernd Frohmann é, porem, quem explicitamente estabelece a ponte entre o conceito de “**Regime de informação**” e a Ciência da Informação”, recorrendo a FOUCAULT (1977) e a teoria Ator-Rede (CALLON,1986; LATOUR,2000; LAW,1990).

Chamaremos ‘regime de informação’ a um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis - de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos¹⁸. (FROHMANN,1995, p.5-6).

A teoria ator-rede, por sua vez, oferece um instrumental de captura e descrição que pareceria apto para a reconstrução ampliada dos componentes heterogêneos dos fluxos de informação nos novos contextos sócio-técnicos (informação-artefato, formação de redes)¹⁹.

As três abordagens -Poster, Braman e Frohmann- compartilhariam a necessidade de desenhar um horizonte mais amplo sobre o qual pensar a informação, apto para acolher questões emergentes e abrir espaço às temáticas inovadoras, incluindo zonas ainda não previstas ou legitimadas de vizinhanças práticas e epistemológicas. Braman, nesse sentido, é quem sinaliza, com maior clareza, a força heurística do conceito de regime, como uma ferramenta conceitual que permite olhar **num mesmo plano de reflexão** fenômenos e processos que estavam historicamente dispersos, e eram objeto de quadros analíticos estanques ou dissociados.

Longe de eliminar a política, como *fatum* ou como ponto de vista, o conceito de regime de informação alarga seu domínio de referência, permite olhar sob as condições da política –e do que nos é comum- aspetos informacionais da cultura ou da economia que não eram considerados nessa perspectiva. E, não de menor importância, reabre a indagação acerca de processos de formalização jurídico-institucionais das “ontologias regionais” da informação, assim como das categorias modernas que propiciaram essa distribuição.

Esse recuo teórico-metodológico, que demanda novas relações entre as abordagens do poder e as teorias das políticas públicas, teria um efeito desnaturalizador sobre as categorias e as setorializações estabelecidas – muito especificamente, em torno da informação, da comunicação e da cultura-; convoca novos atores e abre espaço para pensar a transversalidade, a convergência, novos códigos de convivência e mecanismos inovadores de coordenação.

Em nossos estudos, definimos um regime de informação pelo modo de produção informacional dominante numa formação social, que prescreve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais de informação, padrões de excelência e critérios para seu processamento seletivo. Cada vez que muda ou mudam os eixos de ênfases e relevância, mudam também todos ou muitos dos parâmetros que configuram o “*locus*” de entendimento e definição de recursos e ações de informação. Ao mesmo tempo, cada nova configuração de um regime de informação, resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sócio-cultural e política.

Nestas últimas décadas, teria acontecido um deslocamento dos contextos preferenciais de constituição e análise de recursos e ações de informação, pela passagem de um regime estatal informação estadocêntrico a regimes de informação onde o poder formativo e seletivo sobre a informação e a comunicação está distribuído entre atores públicos e privados.

Esta passagem não significaria a eliminação do papel ordenador do Estado, mas implicaria mudanças nas figuras info-comunicacionais predominantes.

Para Braman, no mundo contemporâneo, ter-se-ia generalizado o modelo do Estado Informacional. A diferença do “panoptico” que, para Foucault, é o símbolo da sociedade disciplinar, esse Estado informacional seria caracterizado pelo símbolo do “panespectron”, dispositivos de permanente multiplicação e diversificação dos pontos de captura e transmissão de informações, agindo em todo e qualquer lugar e em todo e qualquer momento, de modo que ninguém sabe quando, como nem porque é alvo e objeto de uma informação. Como resultado, porém, o Estado terá muitas informações, mas poucas narrações. Podemos perguntar-nos, nesse quadro, se a ação informacional estatal, em lugar do controle do território e da população, não estaria se dirigindo ao controle das informações nos próprios domínios do Estado e do Governo, dada a abundância e dispersão das informações, num processo favorecido pela segmentação funcional e jurisdicional da administração pública assim como pelas facilidades tecnológicas de iniciar e executar ações de informação múltiplas e descentralizadas, e a partir de qualquer ponto de intervenção do Estado e dos governos.

A afirmação de que, no momento atual, a esfera econômica tem um peso decisivo na configuração dos regimes de informação, tem que dar conta do fato da intervenção constante das variáveis econômicas sobre a estruturação de instituições e recursos de informação, e sua distribuição entre atores sociais, atividades, regiões. Por outro lado, a sociedade civil, como expressão organizada das plurais formas de vida, tem sido diversamente requerida a desempenhar algum papel, em figuras distributivistas ou compensatórias visando à democratização da informação.

É no confronto entre esses decursos históricos e as molduras teóricas disponíveis que esperamos melhor reconstruir a episteme informacional local contemporânea e sua

configuração na pesquisa e o ensino das ciências sociais, no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *The coming community*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.
- BATES, Marcia J. The cascade of interactions in the digital library interface. *Information Processing Management*, v.38, n.3, p. 381-400, 2002.
- _____. Hjørland's critique of Bates' work on defining information. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v.59, n.5, p.842-844, 2008.
- BRAMAN, Sandra. *Information Technology, National Identity & Social Cohesion. A Report of the Project on Technology Futures and Global Power, Wealth, and Conflict*. Project Director, Anne G. K. Solomon. CSIS Report, Washington, CSIS PRESS, 2005. Disponível em: <http://heim.ifi.uio.no/~oleha/Publications/ISRinfrastructurefinal05-12-05.pdf> Acesso em:13 nov. 2008
- _____. The emergent global information policy regime, pp. 12-37. In: BRAMAN, Sandra (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan. 2004.
- _____. Tactical Memory: The Politics of Openness in the Construction of Memory. *First Monday*, volume 11, number 7 (July 2006). Disponível em: http://firstmonday.org/issues/issue11_7/braman/index.html.
- BEN-DAVID, Joseph; SULLIVAN, Teresa A. *Sociology of Science . Annual Review of Sociology*.Volume 1, 1975; p. 203-222.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1, Sao Paulo, Brasiliense, 1986.
- COLLINS, Harry (2004a). Interactional Expertise as Third kind of knowledge. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3, 125-143.
- DAY, R. *The modern invention of information: discourse, history and power*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001a.
- _____. Totality and representation: a history of knowledge management through european documentation, critical modernity, and post-Fordism. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 52, n. 9, p.724-735, 2001b.
- DIATHESIS. Disponível em: www.ifics.ufri/~fsantoro/ousia/Diatheis.pdf Acesso em: 07 nov. 2008.
- FALLIS,Don. On Verifying the Accuracy of Information: philosophical perspectives. *Library Trends*, v.52, n.3, p.463-487, 2004.
- FROHMANN, B. Taking policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. *Anais*. Edmond, Alberta, 1995.
- _____. Rules of indexing: a critique of mentalism in information: retrieval theory. *Journal of Documentation*, v. 46, n. 2, p.81-101, 1990.
- FULLER, S. *Social epistemology: science, technology and society*. Bloomington: Indiana University, 1988.
- GONZALEZ de GOMEZ, M. N. ; ORRICO, E. G. D. Das Políticas institucionais às configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas políticas de informação e nas práticas de avaliação. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.5,n.6,p.1-17, 2004.

JAPIASSU, H. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

JARDIM, José Maria. *Os arquivos (In)visíveis: a opacidade informacional do Estado Brasileiro*. Tese Doutorado. UFRJ, 1998. Orientador: Maria Nelida Gonzalez de Gómez.

_____. *Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil*. Niteroi, EDUFF, 1995.

KLEIN, Julie Thompson. *Notes toward a social epistemology of transdisciplinarity*. Comunicação ao Convento da Arrábida, Portugal, 1994. Disponível em: <http://nicol.club.fr/ciret/bulletin/b12/b12c2.htm> Acesso em: 09 dez. 2002.

_____. *Crossing boundaries. knowledge, disciplinarity, and interdisciplinarity*. Charlottesville:London, University Press of Virginia, 1996.

KNORR CETINA, Karin. *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts; London, England, 1999.

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network Theory*. NY, Oxford University Press, 2005.

LE MOIGNE, Jean-Louis. *Les "nouvelles" sciences de l'Homme et de la Société : "Les vérités sont choses à faire et non à découvrir"*. Outubro 1997. Disponível em : <http://www.mcxapc.org/> Acesso em : 20 mar. 2003

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MALIN, Ana. *Estado e Sociedade de Informação no Brasil: uma investigação sobre o papel da Informação na gestão política*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MARTIN-BARBERO. *Dos meios às Mediações. Comunicação, cultura, hegemonia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. *Inteligência organizacional: um referencial integrado. Ciência da Informação*. v.30,n.2, 2001.

MOSCO, Vincent. *The Digital Sublime*. Cambridge, Massachusetts ; London, MIT, 2004.

_____. *The political economy of communication: Rethinking and renewal*, SAGE, 1996.

NUNBERG, G. Farewell to the information age. In: _____. *The future of the book*. Berkeley: University of California Press, 1996.

NUNES, Edson. *Ensino universitário, corporação e profissão; paradoxos e dilemas estratégicos do Brasil. Documento de Trabalho nº 55*. Observatório Universitário. 2006.

OLIVEIRA, Nythamar de. "Mundo da Vida e Forma de Vida: A Apropriação Habermasiana de Husserl e Wittgenstein", *Veritas* v.44,n.1,p.133-146, 1999.

POSTER, Mark. *Foucault, marxismo e história: modo de producción versus modo de información*. Buenos Aires, Paidós, 1987.

_____. *The mode of information: poststructuralism and social context*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. Postmodern Virtualities. In: _____. *The Second Media Age*, Blackwell, 1995. Capítulo 2.

_____. "Words without things", in: *The information subject*. Netherlands, G & B Arts International. 2001, p.1-23.

ENTREV. Mark Poster. *The Mode of information and the cultures of the internet: a conversation*

with mark poster. *Alladi Venkatesh. Consumption Markets and Culture*, v.3,n.3,p.195-213, 2000. Disponível em: <http://www.crito.uci.edu/NOAH/paper/ModelInfo.pdf> Acesso em: 13 nov. 2008.

PIAGET, J. *Tratado de lógica y conocimiento científico: naturaleza y métodos de la epistemología*. Buenos Aires, Paidós, 1979.

RIEH, S. Y. & DANIELSON, D. R. (2007). Credibility: A multidisciplinary framework. B. Cronin (Ed.), *Annual Review of Information Science and Technology*, v.41, p.307-364.

SCHEMENT, Jorge Reina. Porat, Bell and the information society reconsidered: the growth of information work in the early twentieth century. *Information Processing and Management*, v.26,n.4,p.449-465,1990.

_____. Three for society: Households and the Media in bthe Creation of 21st Century Communities. 1998. Disponível em: www.bentom.org/policy/schement/Communities. Acessado em: 04-01-2002.

VARET, Gilbert. *La science et son information a l'heure d'Internet*. Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel . *Social Sciences in the Twenty-first Century*. 1999. <http://www.binghamton.edu/fbc/iwunesco.htm>

_____. The Heritage of sociology, the promise of social science. Presidential Address, In: World Congress of Sociology, 14., 1998, Montreal . *Current Sociology*, v.47,n.1,p.1-37, 1999. DOI: 10.1177/0011392199047001002 Disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/content/abstract/47/1/1> Acesso em: 13 nov. 2008.

_____. The End of certainties in the Social Sciences.1997. Disponível em: <http://www.binghamton.edu>.

WERSIG, Gernot; WINDEL, G. Information science needs a theory of information action. *Social Science Information Studies*, v. 5, p. 11-23, 1985.

WARNER, Julian. Forms of labour in information systems. *Information Research*, v.7, n.4, 2002. Disponível em: <http://informationr.net/ir/7-4/paper135.html>

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ZANDONADE, Tarcísio. Social epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. *Library Trends*, Spring, 2004.

ZURKOWSKI, P.G. Integrating America's infostructure. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 35, n. 3, p.170-178, 1984.

Notas:

¹ Tratando-se da informação, porém, teria uma relevância diferencial, porque as condições de produção dos conhecimentos, que ganham visibilidade ao olhar epistemológico, tangenciam um dos problemas mais interessantes do mundo contemporâneo: o outorgamento e maximização do valor econômico do conhecimento e da informação, como sua objetivação. Cabe perguntar, porém, até onde esse valor econômico pode sustentar-se, se aquilo que denominamos conhecimento for retirado da rede de avaliações epistêmicas, sociais, culturais, éticas e políticas que integram a história de sua construção, e o diferenciam de outros modos do saber.

² "Sociology of science deals with the social conditions and effects of science, and with the social structures and processes of scientific activity. Science is a cultural tradition, preserved and transmitted from generation to generation partly because it is valued in its own right, and partly because of its wide technological applications. Its most distinguishing characteristic is that the primary purpose of its cultivators, the scientists, is to change the tradition through discoveries". (BEN-DAVID, 1975).

³ Latour fala de "políticas epistemológicas" quando enunciados de cunho epistemológico ou da teoria do conhecimento são utilizados a efeitos de racionalização e legitimação de políticas, mas sem respeitar a

diferenciação argumentativo entre a ciência e a política.

⁴ Rendon Rojas lembra o texto de Frege em que fala de um terceiro reino, ao que pertencem os pensamentos “atemporalmente verdadeiros”, como o teorema de Pitágoras. O autor, porém, continua: “A este reino pertencem los pensamientos, los cuales pueden captarse, poseerse y comunicarse intersubjetivamente. Ahora bien, si aceptamos que el pensamiento no es vacío, sino que tiene información (o si se quiere, para simplificar, es información), entonces existe el mundo objetivo no real de la información” (RENDON ROJAS, 1998, p.60).

⁵ Nos referimos a tese sobre os três Mundos ou “realidades” (mundo físico, mundo subjetivo ou dos estados psíquicos, mundo objetivo ou do conhecimento sem sujeito cognoscente), desenvolvida por Popper. Para Habermas (1987,), o “Mundo Três” de Popper seria equivalente ao que Frege denomina “totalidade do pensamento”: “...according to Popper, the third world is essentially made up of problems, theories and arguments. He does also mentions, in addition to theories and tools, social institutions and works of art as examples of entities of the third world; but he sees in the only variant forms of embodiment of propositional contents. Strictly speaking, the third world is a totality of Fregean Gedanken, whether true or false, embodied or no: “Theories, or propositions, or statements are the most important third-world linguistic entities”. (HABERMAS, 1983, p., 79)

⁶ É interessante observar que os produtores, nestes novos usos do conceito de “mundo objetivo” popperiano, não são nem cientistas, artistas ou os homens comuns praticando seus saberes e experiências em suas formas de vida; os agentes das ações de informação seriam os que desenham e alimentam sistemas de informação, constroem e gerenciam bases de dados e modelam novas formas de gestão de formas coletivas do trabalho intelectual, visando a alguma transformação numa “massa informacional” codificada e cumulativa, visando a incrementar e realizar um valor organizacional ou econômico.

⁷ Esta compreensão da informação tem como lastro o horizonte histórico de construção do conceito: “A questão da informação, com efeito, só pode ser com propriedade um conceito moderno, porque só é pensável sob o pano de fundo de uma premissa afirmativa da contingência: denuncia a impossível reunião, aqui e agora, de uma totalidade do conhecimento (inacessibilidade ou inexistência de um topos uranós, da inteligibilidade absoluta do real) e de uma totalidade da comunidade de comunicação (inexistência atual de uma comunidade perfeita e da perfeita comunio).” (GONZALEZ DE GÓMEZ, 1995.)

⁸ Marcia Bates, entre outros autores, analisa os “layers” do que considera, de maneira ampla, “sistemas de informação” (redes de bases de dados, bibliotecas digitais, entre outros: “The Cascade model describes the several design layers that have to be taken into account in the process of developing and implementing an information system in an automated environment. Starting with the interface, imagine turning that interface on its side and pulling it apart, like an accordion, to reveal the several design layers backing that interface and culminating in the interface.” (BATES, 1995.)

[...]The Cascade Model depicts the layers of a system that are simultaneously operating in a functioning system. The presence of layers in the Cascade model is *not* to imply that one should design first one layer, then the next, in sequence. All layers need to be designed for in relation to each other”. Nos generalizamos o conceito, referindo-nos a ações de informação primárias (um biólogo ou um médico buscando informações sobre circulação sanguínea) ou secundárias (um profissional desenhando uma taxonomia para um diretório na WEB). (BATES, 1995)

⁹ Nythamar de Oliveira nos introduz ao uso habermaseano do conceito de forma de vida : “ Segundo Habermas, o problema da linguagem substitui o problema tradicional da consciência, na medida em que “forma de vida” em Wittgenstein corresponde à formulação husserliana de “mundo da vida” não mais através de regras de uma síntese transcendental mas **através das regras da gramática de jogos de linguagem**. A diferença mais importante entre as abordagens fenomenológicas e lingüístico-analíticas consiste, segundo Habermas, em que a “intersubjetividade não é mais produzida por perspectivas de mundo da vida reciprocamente interligadas e virtualmente permutáveis, mas é dada com as regras gramaticais de interações simbolicamente reguladas. As regras transcendentais de acordo com as quais os mundos da vida são estruturados tornam-se agora compreensíveis através de análises lingüísticas nas regras de processos de comunicação”. (OLIVEIRA, N. de, 1999).

¹⁰ Falaremos também de “ações de segundo grau” e de ações de “meta-informação”.

¹¹ O labor informacional, ainda que orientado a promover a apropriação informacional por um grupo social, têm suas próprias e específicas condições de ação e interação: daí também que na mediação não há transparência, como operação técnica neutra e reversível.

¹² Para Latour, intermediário “is what transport meaning or force without transformation: defining its input is enough to define its outputs”; Mediadores, pelo contrario “transform, transalate, distort, and modify the meaning or the elements they are supposed to carry”... LATOUR, 2005, p.37

¹³ Conforme afirmado em outros trabalhos resultantes deste mesmo projeto, conceito de “regime de informação” oferece algumas soluções interessantes para os estudos da informação: primeiro, não implica determinações a priori acerca de qual seja o contexto preferencial para o entendimento das questões da informação, podendo ser político, econômico, epistêmico ou cultural; segundo, remete a um “modo” informacional antes que a entidades, funções ou atributos, permitindo indagar, numa mesma ordem inicial de significância, sistemas, redes, instituições, atores, ações, discursos e meios. (ver GONZALEZ DE GOMEZ, 2006).

¹⁴ (...)It must include a study of the forms of information storage and retrieval, from cave paintings and clay tablets to

computer databases and communications satellites. Each **method of preserving and transmitting information** profoundly intervenes in the network of relationships that constitute a society. After the population attains a certain size, for example, government cannot expand without written records. Human messengers, relying only upon their memory, impose a severe limit on the power of the state. Only so much of resources can be allocated to communication before military and economic sectors begin to suffer. Cheap, reliable, durable communication is a necessity of empire. (POSTER, 2001, p.8)

¹⁵ **Political events, forms of community, economic systems** all are coordinated with communication media. If the windmill is associated with feudalism and the steam engine capitalism, again to paraphrase Marx, similarly electronic communications, I suggest, may be associated with the mode of information. The extent to which communication is restricted by time and space governs, with striking force, the shape society may take (POSTER,2001,p.9). (Sublinhado nosso).

¹⁶(...)For the issue of communicational *efficiency*, which is at stake in the above discussion, does not raise the basic question of the *configuration* of information exchange, or what I call the wrapping of language. (...) If communication only facilitates or impedes other activities it has no independent consequences. In that case, there is little justification for a new theoretical initiative such as the mode of information. But I shall argue otherwise: that the configuration of communication in any given society is an analytically autonomous realm of experience, one that is worthy of study in its own right. [...] What is at stake are **new language formations that alter significantly the network of social relations, that restructure those relations and the subjects they constitute** (POSTER, 2001, p.9) (Sublinhado nosso).

¹⁷ Tratamos este tema com mais detalhe em GONZALEZ DE GÓMNEZ, 2006.

¹⁸ “Let us therefore call any more-or-less stable *system* or *network* in which information flows through determinable channels — from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users — a *régime of information*. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information”. (FROHMANN,1995, p5-6).

¹⁹ “the stability and form of artifacts should be seen as a function of the interaction of heterogeneous elements as these are shaped and assimilated into a network” (Law 1990, 113). The construction, or “association of unhelpful elements into self-sustaining networks that are . . . able to resist dissociation” (Law 1990, 114) involves the hard work of negotiating and resolving conflict”... (FROHMANN, 1995, p. 6-7)